

ENTRE O PRAZER E A DOR NA DOCÊNCIA: NOTAS SOBRE O ADOECIMENTO DO/A EDUCADOR/A

Maria José Silva Andrade*
Universidade Federal do Maranhão

1 INTRODUÇÃO

A constatação de que o exercício da docência não se configura apenas por elementos que causem satisfação e prazer se dá, principalmente, a partir de meados do século XX quando começam a se apresentar com mais intensidade as manifestações de dor e sofrimento relativas ao trabalho do educador/a; entretanto, as preocupações com a saúde desse/a profissional não seguem o mesmo curso ou história de sua dor e só há pouco tempo é que as atenções começaram a ser deslocadas, de modo tardio, para a saúde docente, como demonstram os pesquisadores que têm se inquietado com a questão.

Fazendo-se, portanto, um breve recorte da saúde na escola e na tentativa de desvelar como atualmente se dá a interface entre adoecimento docente e prática pedagógica, objetiva-se, a partir de estudos ora em desenvolvimento, analisar as exigências sobre a atividade docente impostas pelas mudanças e atual organização do ensino no Brasil e conhecer os influxos à saúde do/a educador/a ocasionados pelas características organizacionais e cargas laborais presentes em seu ambiente de trabalho, para, posteriormente, delinear o quadro de adoecimento este vem apresentando e identificar as possíveis repercussões do seu adoecimento na prática pedagógica, haja vista a necessidade de apresentar estratégias que contribuam para amenizar e/ou evitar o padecimento docente, uma vez que a discussão da saúde do/a educador/a no contexto do seu trabalho envolve não só seu padecimento, também as estratégias de enfrentamento da situação que este/a precisa desenvolver ou, no caso daquelas já adotadas, como potencializá-las ou torná-las mais visível.

Tomando por base as seguintes indagações: que tipo de manifestações de mal-estar e insatisfação freqüentemente os/as professores/as têm apresentado? Existe, efetivamente, preocupação institucional em relação às diferentes queixas formuladas

pelo/a professor/a no que se refere às suas condições de saúde? Estará a escola ignorando ou simplesmente esquecendo de inserir no contexto de suas discussões tal problemática? Que interesses estarão aí velados e têm impedido a inserção e/ou adoção de práticas de atenção à saúde do/a professor/a no contexto escolar? é que, no presente ensaio, apresentar-se-ão algumas notas acerca das evidências já apontadas sobre o adoecimento do/a educador/a, a partir de um levantamento bibliográfico onde se buscou identificar vários estudos/pesquisas que, ao abordar a temática, apresentam com clareza dados que permitam inferir sobre os nexos entre trabalho docente e saúde e os efeitos daquele sobre a última.

Nesse sentido, tem-se como referência estudos de alguns pesquisadores, a exemplo de Araújo et al. (1998; 2003) Esteve (1999), Silvany-Neto et al. (2000), Noronha (2001), Codo (2002), Gomes (2002), Paranhos (2002), Martinez (2003), Assunção (2003), Delcor et. al. (2004), Porto et al. (2004) dentre outros que demonstram preocupações quanto às condições de trabalho e saúde dos/as professores/as e cujos resultados comprovam, com dados estatísticos inclusive, problemas que se manifestam em fatores específicos da função docente, envolvendo desde a incidência de vários tipos de doenças (patologias) que acometem o/a professor/a em razão de suas condições de trabalho até a identificação de outras situações aflitivas ou estressantes que afetam sua qualidade de vida, ocasionando com isso o que especificam sob a categoria mal-estar docente.

Para análise das questões apresentadas, inicialmente promove-se uma discussão acerca da relação entre as atuais transformações provocadas por uma nova ordem mundial, a escola e o trabalho do/a professor/a, na tentativa de identificar reflexos e exigências em relação a ambos para, posteriormente, apresentar-se subsídios que permitam identificar diversificadas formas de manifestação de mal-estar e adoecimento do/a educador/a no contexto escolar, a fim de que se possa incitar uma maior discussão acerca dessa temática.

2 O TRABALHO DOCENTE ANTE AS ATUAIS IMPOSIÇÕES

Em contraposição ao sentido fragmentário imposto pela lógica capitalista, o/a

professor/a, em relação ao seu trabalho, cuja dinâmica o diferencia de outros profissionais seja pelas especificidades que o caracterizam ou pela complexidade que lhe é inerente, ao exercê-lo, inevitavelmente incursiona por um processo de esforço permanente que, por vezes, se traduz em estressores para si mesmo/a.

Não bastasse tal aspecto,

Essa situação é agravada pelo fato de que o professor depara, freqüentemente, com a necessidade de desempenhar vários papéis contraditórios que lhe exigem manter um equilíbrio muito instável em vários terrenos [...]. A acelerada mudança do contexto social acumulou as contradições do sistema de ensino. O professor, como figura humana desse sistema, queixa-se de mal-estar, cansaço, desconcerto. (ESTEVE, 1999, p. 31-32)

Na análise desse autor o mal-estar deriva, sobretudo, das mudanças e exigências sobre o trabalho do professor posto que, anteriormente, essa profissão fora valorizada e respeitada e hoje atravessa uma crise e não oferece mais tantos estímulos e encantos.

Desse modo, a imagem que hoje se nutre acerca da docência contrasta daquela que, no passado, era interesse deixar entrever, como associada a satisfação, prazer, algo divino posto como dom, numa tradução romântica da profissão.

Nesse sentido, tendo sofrido várias e diferentes mudanças e influências, a partir do século XVIII é que o trabalho docente ganha uma conformação diferente, cuja atividade passa a ser alvo de controle e condução por parte do Estado, tendo em vista a manutenção de uma ordem assentada nos interesses de um modo de produção capitalista, cujas bases de acumulação pautada na apropriação da mais-valia e na competição por mercados de consumo, culminaram em situações de exploração operária, trazendo consigo problemas inerentes a salários desvalorizados, excessivas jornadas de trabalho e uma maior exposição dos trabalhadores a fatores de risco, afetando em muitos aspectos a vida e a saúde dos mesmos. Tais situações também passam a ser reproduzidas pelas escolas, portanto, paralelo à evolução do capitalismo se dá de forma evidente o processo de desgaste do trabalhador, ocorrendo de modo similar em relação ao trabalho do/a professor/a.

Por ser a escola, também, uma instituição inscrita no seio da sociedade capitalista, sua forma de organização do trabalho, de um modo geral, determina o trabalho docente, principalmente se consideradas as distintas e intensas mudanças e

exigências que lhes são impostas, como as que agora se vivencia; assim, adverte Costa (1995, p.83):

Nosso século tem registrado profundas transformações no trabalho docente, decorrentes do modo como ele se insere nas injunções estruturais e conjunturais de sociedades profundamente marcadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico e pela transição para uma era pós-industrial.

Deste modo, a história da humanidade tem sido permeada por inúmeras crises caracterizadas, sobretudo, pelas transformações que têm atingido o planeta em todos os aspectos. Atualmente, essas alterações são causadas, principalmente, pela inserção de novos valores e paradigmas de organização econômica e social que, de modo particular, ganha a conformação de uma nova ordem mundial, como se pode comprovar:

Assistimos [...] nos dias atuais a uma série de transformações econômicas, sociais e políticas que correspondem ao esgotamento de um momento da acumulação capitalista e à emergência de um novo modo de acumulação, o que tem tido profundas implicações para as relações de trabalho. (LEITE, 2003, p. 23)

Essa realidade não se distancia de forma alguma daquela vivenciada pela escola brasileira, uma vez que tais transformações a atingem diretamente e os avanços resultantes das mesmas têm provocado novas configurações para o campo educacional, principalmente no que se refere à organização e gestão escolar, inserindo uma série de mudanças no contexto das instituições.

Portanto, é com o processo de globalização ou reestruturação produtiva que se redesenha o perfil da força de trabalho, causado pelas inovações tecnológicas e novos métodos gerenciais que implicam, aos trabalhadores, um ritmo acelerado, maior responsabilidade e complexidade das tarefas e modificam, inclusive, os determinantes da saúde-doença desses trabalhadores, o que pode culminar, até,

Em manifestações de envelhecimento prematuro, no aumento do adoecimento e morte por doenças cardiovasculares e outras doenças crônico-degenerativas, como as doenças ósteo-musculares relacionadas com o trabalho (DORT) e de um conjunto de sintomas na esfera psíquica, como a Síndrome da Fadiga Crônica, a Síndrome de *burnout*, outros distúrbios inespecíficos e ainda pouco conhecidos, como a “morte súbita por excesso de trabalho”. (DIAS, 1999, p. 12)

No âmbito dessas transformações presenciadas na contemporaneidade encontra-se a educação escolar, submetida a profundas mudanças no que concerne à sua organização, funções e objetivos, tendo em vista sua adequação às atuais exigências;

nesse sentido, segundo Oliveira (2000), várias reformas educacionais têm sido implementadas especialmente a partir do início da década de 90, cujos focos privilegiam as noções de eficiência, produtividade e racionalidade próprias da lógica capitalista, a partir da adoção de formas de gestão baseadas na descentralização administrativa, autonomia financeira e flexibilidade no planejamento. Mudanças essas que, segundo a autora, vêm alterar o cotidiano da escola pois, ao reproduzir os métodos da globalização e tentar se adaptar às imposições do mercado incorpora objetivos como qualidade, competição e controle, que vão repercutir diretamente no trabalho e no papel do/a professor/a.

Nesse contexto se insere a discussão sobre os resultados da escola e o fracasso escolar; não se pode desconhecer, porém, que o discurso muitas vezes empregado pelo Estado e alguns setores da sociedade com raízes na vaga capitalista e neoliberal, sinaliza que a maior responsabilidade estaria na formação e atuação docente, desconsiderando, assim, o que fica claro na proposição de Oliveira (2002, p. 132):

As reformas educacionais dos anos 90 atuaram fortemente sobre a organização escolar, trazendo novas formas de ensinar e de avaliar. [...] Essas mudanças, por sua vez, repercutem diretamente sobre a organização do trabalho escolar, pois exigem mais tempo de trabalho do professor, tempo este que, se não aumentado na sua jornada objetiva, acaba se traduzindo numa intensificação do trabalho, que o obriga a responder a um número maior de atividades em menos tempo.

Inscrive-se, aqui, a pertinência das discussões sobre o papel do/a professor/a diante desse conjunto de cobranças e exigências contínuas que lhe são feitas acerca do pensar/repensar sua prática haja vista que, nesta, “[...] estão contidos elementos extremamente importantes como a problematização, a intencionalidade para encontrar soluções, a experimentação metodológica, o enfrentamento de situações de ensino complexas [...]” (PIMENTA, 1999, p. 27).

É cobrada, também, ao professor sua adaptação ao novo perfil do mercado impulsionado, sobretudo, pela internacionalização do capital e surgimento das novas tecnologias, derivando daí mudanças que vêm afetando os ambientes organizacionais, dentre estes a escola, assim, mais e mais a responsabilidade por uma formação compatível com tais exigências recai sobre o próprio professor, pautada no discurso da *empregabilidade*; embora vinculado ao contexto empresarial e mercadológico, este discurso se incorpora à educação; tal aproximação, portanto, das competências como

norte para as políticas de formação dos professores evidencia o lado perverso do capital, que se dá, para Freitas (2002, p. 153) “[...] a partir das exigências dos organismos oficiais promotores da reforma educativa nos diferentes países visando à adequação da educação e da escola às transformações no âmbito do trabalho produtivo”.

Nessa configuração do perfil de profissional adequado às prescrições reformistas, não se pode desconsiderar que,

Outro aspecto que merece destaque é a ênfase na **individualização** e responsabilização dos professores pela própria formação e pelo aprimoramento profissional. Caberá aos professores ‘identificar melhor as suas necessidades de formação e empreender o esforço necessário para realizar sua parcela de investimento no próprio desenvolvimento profissional’. A responsabilização individual dos professores pela aquisição de competências e pelo desenvolvimento profissional acompanha esta concepção que orienta as diretrizes e traz em consequência um afastamento dos professores de suas categorias [...]. (FREITAS, 2002, p. 154, grifo do autor)

Além dos aspectos relativos à formação, o próprio trabalho docente vem sendo submetido a modificações, pois, segundo Oliveira (2003, p. 33), este “[...] não é mais definido apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação [...]”; assim, o trabalho do o/a educador/a torna-se intenso, pois, além das funções habituais que lhe são prescritas, outras passaram a ser incorporadas em sua jornada de trabalho (GOMES, 2002).

Com tantas demandas, o/a educador/a vê-se compelido/a a assumir diferentes papéis, por vezes até contraditórios entre si, numa realidade que lhe “[...] poderá ser mais ou menos facilitadora ou obstaculizadora da sua atividade ‘como deve ser’.” (CODO, 2002, p. 75, grifo do autor) pois nesta irá se defrontar com adversas condições organizacionais objetivas de trabalho que vêm traduzir, de certo modo, as desigualdades da sociedade em que a escola se insere, além de outras alterações e exigências que permeiam o cotidiano escolar e que podem se revelar como elementos a contribuir para exacerbar o processo de dor e padecimento desse/a professor/a.

3 EVIDÊNCIAS DO PADECIMENTO DOCENTE

Codo (2002), ao analisar as implicações das atuais exigências em relação ao

trabalho dos/as educadores/as, alerta para o sofrimento e a crise de identidade que ora estes/as vivenciam, numa realidade social cada vez mais deteriorada, onde são chamados a continuamente provar sua competência profissional, assim, “[...] quanto maior a defasagem entre o ‘trabalho como deve ser’ e a ‘realidade do trabalho’ nas escolas, maior será o investimento afetivo e cognitivo exigido ao professor, maior será o esforço realizado, e por isso, maior será seu sofrimento no cotidiano do trabalho.” (CODDO, 2002, p. 85, grifo do autor) conseqüentemente, maiores os agravos à sua saúde, provocados pelo aumento das cobranças e potencializados em contextos de inadequadas condições de trabalho.

Assim, discutir a saúde do/a educador/a no contexto do seu trabalho envolve não só seu adoecimento, sofrimento ou acidentes, também as estratégias de enfrentamento que este vem desenvolvendo ou precisa criar, porque, “Para os trabalhadores, a construção da saúde é a mobilização consciente ou não das potencialidades de adaptação do ser humano, permitindo-lhe interagir com o meio de trabalho e lutar contra o sofrimento, a morte, as deficiências, as doenças e a tristeza.” (ASSUNÇÃO, 2003, p. 98)

Historicamente, o debate sobre a saúde do/a educador/a começa a tomar vulto especialmente a partir da década de setenta, segundo pesquisas de Esteve (1999) e Martinez (2003), quando países como França, Inglaterra e Alemanha apresentaram os primeiros registros epidemiológicos do sofrimento docente; na Suécia, apenas em 1983 iniciou-se a discussão sobre o tema, em face de uma assustadora deserção dos/as professores/as em relação às suas atividades.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) já apontava, em 1983, os professores como sendo a segunda categoria profissional, em nível mundial, a portar doenças de caráter ocupacional, aquelas adquiridas em função do trabalho, incluindo desde reações alérgicas a giz, distúrbios vocais, gastrite até esquizofrenia (VASCONCELLOS, 1997).

Na Espanha, com a publicação da primeira edição do seu livro, em 1987, Esteve resgata e redimensiona a categoria mal-estar docente, usada desde a década de cinquenta, por ela designando o que vai muito além da dor ou do adoecimento, buscando uma compreensão da crise que atinge o professor na contemporaneidade e dos incômodos

ou sintomatologias que se apresentam quando “[...] sabemos que algo não vai bem, mas não somos capazes de definir o que não funciona e por quê.” (ESTEVE, 1999, p. 12)

No Brasil e outros países latino-americanos, como Argentina e Chile, a preocupação vem se manifestar mais recentemente, a partir de meados da década de oitenta; inclusive, ao referir-se que “A *saúde do trabalho* abre um capítulo tardio com o setor docente e suas enfermidades profissionais, riscos e acidentalismo típico [...]”, Martinez (2003, p. 77, grifo do autor) chama a atenção para um fenômeno que, embora não discutido, há muito se faz presente no cotidiano do professor e começa a interferir nos resultados do seu trabalho.

Diante dessa constatação, convém indagar: existe, efetivamente, preocupação institucional em relação às diferentes queixas formuladas pelo/a professor/a no que se refere às suas condições de trabalho e saúde?

Para Martinez (2003, p. 79), “A saúde do trabalho docente e saúde escolar, ambas tão relacionadas com a vida cotidiana na escola, suas regulações e exigências, não aparecem no interesse dos governos nas áreas de educação e saúde públicas.”

A autora se inquieta com essa desatenção que permeia as políticas públicas, dada a seriedade da questão, pois, mais e mais, os professores têm manifestado sofrimento e, de forma significativa, recorrido a consultas com médicos psiquiatras e psicólogos; assim, alerta para o fato de que o eixo das análises investigativas deve levar em consideração que “O docente chama a atenção sobre si com um grito de dor / loucura.” (MARTINEZ, 2003 p. 77).

É preciso que se diga, também, que o alcance dessa saúde ou sua falta extrapola os muros da escola e afeta igualmente a vida fora dela.

Na realidade brasileira, a atenção em relação às condições de trabalho e adoecimento do/a educador/a também não se manifesta em termos de políticas educacionais, entretanto, se faz presente em estudos desenvolvidos por alguns pesquisadores que revelam preocupação com esse fenômeno, particularmente nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Paraíba e, mais recentemente, no Rio de Janeiro. Assim, os resultados dessas pesquisas apontam que tipos de manifestações de mal-estar e insatisfação freqüentemente os/as professores/as têm apresentado?

Noronha (2001) ao analisar as condições do exercício profissional de um

grupo de professoras do ensino fundamental em Montes Claros (MG), buscou identificar como as atuais mudanças e as novas exigências repercutem sobre a saúde dessas profissionais, evidenciando os conflitos vividos no dia-a-dia e fatores como indisciplina, agressividade, exigências dos pais, condições ambientais, dentre outros, como contributos nítidos para os agravos à saúde e que “O cansaço físico e mental bem como a insatisfação delas parecem estar associados à sobrecarga de trabalho gerada no contexto das situações observadas.” (NORONHA, 2001, p. 95).

As investigações coordenadas em 1999, por Codo (2002), sobre as condições de trabalho e saúde mental dos trabalhadores das escolas públicas abrangeram cerca de 52 mil sujeitos, dos quais 30 mil professores, em todos os Estados do Brasil, em 1.440 escolas. A pesquisa aponta que 25,1% da amostra apresentava exaustão emocional, um dos componentes da Síndrome de burnout (desgaste, esgotamento) que se constitui como “[...] uma síndrome através da qual o trabalhador perde o sentido de sua relação com o trabalho, de forma que as coisas já não o importam mais e qualquer esforço lhe parece ser inútil.” (CODO, 2002, p. 238) e envolve, além da exaustão emocional e/ou física, também a despersonalização externa e a falta de envolvimento pessoal no trabalho, apresentando sintomatologia mais grave que o estresse diário. Após três anos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE (2002) atualizou esses dados em amostras estudadas em todos os Estados e constatou que os índices continuavam alarmantes, o que não sugeria mudanças significativas no quadro.

Outro estudo evidenciando o adoecimento do educador foi realizado em 2002, por Delcor et. al (2004), em Vitória da Conquista (BA), contemplando 309 professores da rede particular de ensino daquele município, objetivando descrever as condições de trabalho e saúde da população investigada. Os resultados apontaram:

[...] queixas de saúde relacionadas à postura: dor nos braços / ombro (52,1%), dor nas costas (51,4%) e dor nas pernas / formigamento (47,5%); problemas psicossomáticos ou relacionados à saúde mental: cansaço mental (59,2%) e problemas relacionados ao uso intensivo da voz: dor na garganta (45,7%).
(DELCOR et.al., 2004, p.4)

Neste contexto, algumas pesquisas (ARAÚJO e PARANHOS, 2003; NORONHA, 2001) apontam que vários fatores considerados como aqueles próprios à ambiência escolar (ventilação, iluminação, material didático, número de alunos...), assim como a organização do trabalho pedagógico (hierarquização, rotinização, interação

professor-aluno, nível das relações interpessoais com os colegas, ritmo de trabalho...), implicam em custos psicofisiológicos que podem culminar em manifestações como fadiga, doenças, dentre outras alterações biopsíquicas para os professores; também a presença de cargas de caráter psíquico, ergonômico, químico, biológico e mecânico no ambiente de trabalho (LAURELL E NORIEGA, 1989 apud ASSUNÇÃO, 2003) podem dificultar o bom desempenho da ação pedagógica.

Gomes (2002) na revisão que apresenta em sua dissertação, se refere ao estudo desenvolvido por Neves e Athayde (1998, 1999) em João Pessoa (PB) junto a professoras (es) de ensino fundamental da rede municipal, em que são tecidas aproximações com a perspectiva de gênero e apreendidas percepções de “[...] que a escola é um lugar em que se exerce uma prática profissional sexuada feminina [...]” (p. 19) e o sofrimento dessas (es) professoras(es)

[...] estaria ligado à formação deficiente [...] à insuficiência de pausas e de momentos de lazer e descando, à tripla jornada de trabalho, à contaminação das relações familiares pela invasão das atividades escolares no espaço domiciliar e, sobretudo, à desqualificação, aos baixos salários e ao não reconhecimento social de seu trabalho. (GOMES, 2002, p. 19)

Em sua pesquisa contextualizada no Rio de Janeiro e envolvendo professores/as do ensino médio da rede pública estadual, Gomes (2002) também incorpora a perspectiva de gênero e foca sua atenção na análise de fatores que contribuem para a sobrecarga de trabalho, revelando que “[...] a atual situação de trabalho dos professores e professoras é limitante [...] as limitações implicam na redução da margem de manobra que faz com que os resultados exigidos sejam alcançados ao custo de danos à saúde.” (p. 67); assim, identifica que esses danos são referidos como

[...] uma sensação genérica de intenso mal-estar, envolvendo problemas de saúde relativos à: ansiedade, tensão, nervosismo, depressão, angústia, insegurança, esgotamento, estresse e irritabilidade. Somamos a esses, frustração, falta de ar, pressão baixa, tonturas, labirintite, perturbações do sono (insônia e sono que não é reparador), perturbações de caráter digestivo, problemas nas cordas vocais, problemas respiratórios, alergias, formas de alimentação inadequada (podendo implicar a médio e longo prazo em deficiências nutritivas). (GOMES, 2002, p. 67)

Em seu trabalho sobre a saúde dos professores, Porto et al. (2004) buscaram preencher uma lacuna que, segundo os autores, se evidenciava nos trabalhos já desenvolvidos em relação à temática e até para complementá-los: a que se refere às

doenças ocupacionais em professores; para tanto, tomam como referência a legislação brasileira sobre o assunto, além da concepção da Organização Internacional do Trabalho – OIT; assim, procuraram identificá-las a partir de um estudo envolvendo todos os casos de atendimentos feitos a professores pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhados (CESAT), na Bahia, no período entre 1991 e 2001, num total de 235 indivíduos, concluindo que:

O estudo evidenciou a importância de algumas doenças ocupacionais entre os professores estudados, especialmente as lesões por esforços repetitivos e distúrbios osteomusculares relacionados com o trabalho (LER/DORT) e as doenças da laringe e das cordas vocais, e mostrou a variação em sua ocorrência ao longo de onze anos [...]. (PORTO et al, 2004, p. 47).

De modo mais específico os autores apontam a frequência de doenças como a síndrome do túnel do carpo, síndrome do manguito rotatório, epicondilites, bursites do ombro, tendinites, rinites, sinusites e faringites crônicas e alérgicas, contribuindo para a busca de soluções para esses problemas uma vez que discutem e desvelam aspectos pertinentes à relação dessa morbidade com o trabalho docente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o exacerbamento das exigências impostas pela nova ordem mundial, bem como da atual organização do ensino brasileiro, que lançam ao/à educador/a constantes desafios e lhe exigem respostas concretas no processo de preparação do educando para o trabalho e a cidadania é preciso que sejam resgatadas de forma crítica e aprofundada as questões pertinentes à saúde relacionada ao trabalho docente, buscando-se desvelar os determinantes dessa relação e suas implicações na prática educativa.

Não é possível ainda, dada a insuficiência de dados e por ser este trabalho ainda um ensaio que contempla apenas alguns aspectos de um estudo mais amplo, apresentar respostas que satisfaçam às inquietações: se a escola está ignorando ou simplesmente esquecendo de inserir no contexto de suas discussões tal problemática, se existem ou quais interesses estão aí velados e têm impedido a inserção e/ou adoção de práticas de atenção à saúde do/a professor/a no contexto escolar ou se a escola já tenta se aproximar das análises acerca das implicações do nexos trabalho e saúde docente no seu cotidiano, contudo, deve-se considerar como algo que a escola não pode desconhecer é

que, muitas vezes, a perplexidade, a insegurança e outros intervenientes se inserem como parte da sua problemática, pressionando para baixo a qualidade do ensino e, fatores como os agravos pertinentes à saúde do/a professor/a, podem ser um contributo nesse processo.

Assim,, torna-se possível inferir dessas análises iniciais que, ignorar ou esquecer esse fenômeno, pode se constituir em um fator a potencializá-lo, favorecendo, inclusive, que influxos negativos dessa situação podem até intervir na prática cotidiana medrada pelo/a professor/a no contexto escolar, desfavorecendo um nível de qualidade de vida digno e desejável para o/a educador/a e um desenvolvimento pleno das potencialidades para o educando.

Nesse sentido, faz-se relevante conclamar que as atenções precisam ser deslocadas para esses agravos, com vistas a arrolar indicações rumo a ações significativas de proteção à saúde do/a educador/a, reforçando as existentes ou desvelando novas estratégias de enfrentamento e formas de lidar com tal situação neste contexto de aceleradas mudanças e níveis de exigências cada vez mais acirrados, pois, ainda que as preocupações para com a saúde docente tenham surgido tardiamente, as discussões não podem esperar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Maria de; PARANHOS, Ivone de Sena. Interface entre trabalho docente e saúde de uma instituição de ensino superior. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 103-124.

_____ et al. **Condições de trabalho e saúde em professores da rede**

particular de ensino: Salvador – Bahia. Salvador: Sindicato dos Professores no Estado da Bahia, 1998.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Saúde e condições de trabalho nas escolas públicas. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 87-102.

CODO, Wanderley (org.). **Educação: carinho e trabalho – Burnout, a síndrome da desistência do educador.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes / Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação: Universidade de Brasília. Laboratório de Psicologia do Trabalho, 2002.

CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. **Retratos da Escola 2: Burnout – sofrimento psíquico dos trabalhadores em educação.** Brasília: Laboratório de Psicologia do Trabalho – UnB, 2002.

COSTA, Marisa C. Vorraber. **Trabalho docente e profissionalismo.** Porto Alegre: Sulina, 1995.

DELCOR, Núria Serre et. al. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública.** Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, , jan./fev. 2004. Disponível em <http://www.scielosp.org> . Acesso em: 7 abr. 2005.

DIAS, Elizabeth Costa. A organização da atenção à saúde do trabalhador. In: FERREIRA FILHO, Mário. **Saúde no trabalho.** Belo Horizonte: Rocca Editora, 1999. p. 8-30.

ESTEVE, José M. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores.** Trad. Durley de Carvalho Cavicchia. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educação e Sociedade.** Campinas, SP: v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 136-167.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 31, n. 2, maio/ago. 2005. p. 189-199.

GOMES, Luciana. **Trabalho multifacetado de professores / as: a saúde entre limites.** 2002. 123 p. Dissertação (Mestrado) – Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 2002.

LEITE, Márcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

MARTÍNEZ, Deolídia. Estudos do trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes.** Belo

Horizonte: Autêntica, 2003. p. 75 – 86.

NORONHA, Maria Márcia Bicalho. **Condições do exercício profissional da professora e os seus possíveis efeitos sobre a saúde:** estudo de casos das professoras do ensino fundamental em uma escola pública de Montes Claros, Minas Gerais. 2001. 157 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Belo Horizonte: Faculdade de Medicina / UFMG, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In. _____ (org.). **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 13-38.

_____. **Educação Básica: Gestão do trabalho e da pobreza.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____; ROSAR, Maria de Fátima Felix (orgs.). **Política e gestão da educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PARANHOS, I. S. **Interface entre trabalho docente e saúde dos professores da Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.** Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido (org). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez, 1999.

PORTO, Lauro Antonio et al. Doenças ocupacionais em professores atendidos pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador (CESAT). **Revista Baiana de Saúde Pública.** Salvador, v. 28, n. 1, jan./jun. 2004. p. 33-49.

SILVANY-NETO, A. M. et. al. Condições de trabalho e saúde de professores da rede particular de ensino de Salvador, Bahia. **Revista Baiana de Saúde Pública.** Salvador, n. 24, n. 1/2, 2000. p. 42-46.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Construção do conhecimento em sala de aula.** 6. ed. São Paulo: Libertad, 1997.